

Comunicado à Imprensa

Rating da Tupy rebaixado para 'brAA' de 'brAA+' por continuidade de desempenho operacional fraco; perspectiva negativa

20 de março de 2026

Resumo da Ação de Rating

- Em nossa visão, a Tupy continuará apresentando volumes fracos no primeiro semestre de 2026 e, mesmo com as medidas de monetização de estoques adotadas pela companhia, esperamos picos de alavancagem no período.
- Projetamos uma retomada mais consistente dos volumes apenas a partir do segundo semestre deste ano. Como consequência, a Tupy deverá voltar a apresentar rentabilidade acima de 10% e alavancagem abaixo de 2,5x – níveis próximos aos históricos da companhia – apenas a partir de 2027.
- Diante desse cenário, em 20 de março de 2026, a S&P National Ratings rebaixou seus ratings de crédito de emissor e de emissão da Tupy S.A. de 'brAA+' para 'brAA'. O rating de recuperação 'br3' (60%) da 5ª emissão de debêntures *senior unsecured* da empresa permanece inalterado.
- A perspectiva negativa indica a possibilidade de um novo rebaixamento nos próximos seis a doze meses se não observarmos uma retomada de volumes combinada com a efetividade das medidas de redução de custos, resultando em maior geração de caixa e menor alavancagem ao final de 2026.

Analista principal

Fabiana Gobbi

São Paulo
55 (11) 3039-9733
fabiana.gobbi@spglobal.com

Contato analítico adicional

Victor Soriani

São Paulo
55 (11) 3039-9744
victor.soriani@spglobal.com

Líder do comitê de rating

Wendell Sacramoni, CFA

São Paulo
55 (11) 3039-4855
wendell.sacramoni@spglobal.com

Fundamento da Ação de Rating

Os resultados de 2025 da Tupy foram significativamente afetados pela queda global nos volumes de veículos comerciais. No Brasil, a retração da demanda está associada ao desempenho mais fraco do agronegócio, influenciado por taxas de juros elevadas e preços mais baixos das commodities. Nos Estados Unidos, os volumes foram afetados pela desaceleração da atividade econômica em meio a inflação e juros elevados.

Conflitos geopolíticos e barreiras comerciais, incluindo tarifas, têm efeitos diretos nas taxas de juros e inflação globalmente, afetando a confiança dos consumidores e reduzindo a demanda nos mercados em que a Tupy opera. Como resultado, o EBITDA ajustado pela S&P da Tupy em 2025 foi em torno de R\$ 560 milhões, 55% inferior ao registrado em 2024, com margem próxima de 6,0% (versus 12% em 2024).

Por outro lado, em meio aos volumes baixos, a empresa implementou medidas para reduzir seus estoques e aumentar a geração de caixa em 2025. A Tupy finalizou ano passado com posição de caixa de R\$ 1,9 bilhão, ante R\$ 1,6 bilhão em 30 de setembro de 2025. Apesar da maior posição de caixa e dívida bruta estável, a alavancagem ajustada aumentou para cerca de 4,0x, comparada a 1,9x em 2024, refletindo a queda na geração de EBITDA.

Esperamos certa recuperação de volumes, principalmente no segundo semestre de 2026. Nos Estados Unidos, a expectativa é de retomada na produção e venda de novos veículos comerciais pesados ao longo de 2026, especialmente no segundo semestre. A S&P Global Mobility projeta aumento de 6% na venda de novos veículos comerciais no país esse ano, após dois anos consecutivos de quedas de 10%. Essa melhora deve refletir a gradual melhora nos preços dos fretes, lançamento de novos modelos e início de um ciclo de renovação de frota.

Ademais, espera-se um movimento de compra antecipada esse ano, ainda que em magnitude menor do que se previa anteriormente, devido à nova regulação da EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos) para redução da emissão de gases a partir de 2027. Ainda assim, as atuais incertezas envolvendo os Estados Unidos – incluindo a guerra no Irã, aumento no preço do petróleo e níveis elevados de desemprego – tornam a recuperação de volumes no segundo semestre menos previsível, em nossa visão.

No Brasil, os volumes devem continuar pressionados. De acordo com a ANFAVEA, a produção de veículos pesados deverá permanecer relativamente estável em relação a 2025 (ano que já registrou queda de 8% ante 2024). Esse cenário reflete taxas de juros elevadas por um período prolongado, eleições presidenciais e preços de commodities ainda baixos. Esses fatores tendem a limitar o impacto do programa do governo “Move Brasil”, que prevê cerca de R\$ 10 bilhões para subsidiar a compra de caminhões novos a juros mais baixos por caminhoneiros autônomos. Como resultado, projetamos recuperação de volumes, receita e margem EBITDA em 2026 em relação a 2025, embora ainda abaixo do patamar histórico da companhia.

Esperamos que a Tupy apresente redução de alavancagem ao final de 2026, após atingir um pico no primeiro semestre. Esperamos que as condições de mercado ainda fracas afetem os resultados da Tupy no primeiro semestre, levando a alavancagem entre 4,5x-5,0x, ante 4,0x no final de 2025, devido à menor geração de EBITDA no período. Para o final de 2026, projetamos dívida líquida sobre EBITDA em torno de 2,5x. A melhora decorre principalmente de: maior geração de EBITDA como resultado dos maiores volumes no segundo semestre, com diluição de custos fixos, maior eficiência operacional após cortes de custos e despesas; e desmobilização de linhas de produção duplicadas.

Além disso, acreditamos que a Tupy finalizou 2025 com elevada posição de caixa após medidas para monetizar seu capital de giro, e esperamos que mantenha caixa robusto, em torno de R\$ 1,8 bilhão, ao longo deste ano, contribuindo para financiar a retomada das operações.

A Tupy vem enfrentando disputas entre seus acionistas, o que pode afetar a execução de suas estratégias operacionais. Os maiores acionistas da Tupy são o BNDESPar (30,7%) e a Previ (27,0%). O maior acionista minoritário é a Charles River, com 5,4% de participação, que vem ativamente questionando decisões e estratégias dos acionistas majoritários, bem como indicações políticas para o conselho de administração e para a posição de CEO. Recentemente, a Charles River propôs alterações no estatuto social da Tupy para incluir requisitos mínimos de elegibilidade para conselheiros e diretores, proposta que foi rejeitada pelos acionistas majoritários. Em nossa visão, apesar dessas disputas, não vemos no momento impactos na qualidade de crédito da Tupy. Contudo, se no futuro afetarem sua execução operacional, poderemos reavaliar sua avaliação de administração e governança negativamente.

Perspectiva

A perspectiva negativa reflete a possibilidade de um novo rebaixamento nos próximos 6-12 meses se a Tupy não apresentar a tendência clara de desalavancagem até o final de 2026. Nesse cenário, as medidas de eficiência operacional não seriam suficientes para mitigar o ambiente ainda adverso da indústria automotiva.

Cenário de rebaixamento

Poderemos rebaixar os ratings nos próximos 6-12 meses se as medidas de eficiência operacional não forem suficientes para mitigar a demanda enfraquecida por veículos pesados no Brasil e Estados Unidos nos próximos trimestres. Com isso veríamos:

- Não retomada dos volumes vendidos;
- Margem EBITDA consistentemente abaixo de 10% e
- Dívida líquida ajustada sobre EBITDA acima de 3x; e/ou
- Fluxo de caixa operacional livre (FOCF - *free operating cash flow*) negativo.

Cenário de elevação

Poderemos alterar a perspectiva para estável nos próximos 6-12 meses caso a Tupy apresente clara recuperação nos volumes e margens, como resultado de suas medidas internas e de melhora das perspectivas do setor. Nesse cenário esperaríamos:

- Margem EBITDA confortavelmente próximo de 10%;
- Dívida líquida ajustada sobre EBITDA consistentemente abaixo de 3,0x;
- FOCF positivo; e
- Manutenção de confortável colchão de liquidez.

Descrição da Empresa

Fundada em 1938 e sediada no Brasil, a Tupy é uma produtora de peças automotivas que fabrica e vende produtos de ferro fundido e motores em todo o mundo, atendendo aos principais fabricantes originais do equipamento (OEMs – *Original Equipment Manufacturer*) brasileiros, europeus e norte-americanos nos segmentos de caminhões, ônibus e máquinas.

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2025, os segmentos de componentes estruturais e contratos de manufatura da Tupy representaram 83% de sua receita consolidada, seguidos pela divisão de reposição/distribuição (9%) e pelo segmento de energia e descarbonização (8%).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fundo de pensão Previsão são os principais acionistas da empresa, com participações de 30,7% e 27,0%, respectivamente.

Nosso Cenário de Caso-Base

Premissas

- Crescimento do PIB brasileiro de cerca de 1,7% em 2026 e 2,1% 2027;
- Taxa de inflação média do Brasil de 4,4% em 2026 e 3,7% em 2027;
- Crescimento do PIB dos Estados Unidos de 1,6% em 2026 e 2,0% em 2027;
- Taxa de inflação média de 2,8% em 2026 e 2,4% em 2027;
- Taxa de câmbio média por R\$ 5,50 em 2026 e R\$ 5,57 em 2027;
- Esperamos volumes ainda fracos em 2026, com certa compensação pelas novas linhas de produção já contratadas pela empresa e que entrarão em operação e pela potencial

retomada de volumes dos Estados Unidos. Com isso, esperamos um leve crescimento de receita, em torno de 4,0% em 2026 e 4,6% em 2027;

- Margem EBITDA expandindo para próximo de 9,5% em 2026, reflexo das medidas de eficiência operacional, novos contratos com margens médias maiores e retomada de volumes. Para 2027, projetamos margens acima de 10%, dados os maiores volumes e eficiências na operação;
- Consideramos consumo de capital de giro em torno de R\$ 90 milhões em 2026, refletindo principalmente a retomada dos volumes e maiores níveis de produção. Importante mencionar que esperamos também que a empresa mantenha esforços na redução de estoques ao longo do primeiro semestre de 2026;
- Capex anual de cerca de R\$ 550 milhões em 2026, destinado à manutenção e ao cumprimento de novos contratos, e caindo para cerca de R\$ 350 milhões em 2027, sobretudo para manutenção e melhorias operacionais. O capex de manutenção da Tupy é de cerca de R\$ 250 milhões;
- Pagamento mínimo de dividendos de 25% do lucro líquido do ano fiscal anterior, com potencial de aumento para 50% nos anos seguintes, dependendo da velocidade da desalavancagem e excesso de caixa;
- Não esperamos movimentos de dívida em 2026, com refinanciamento de dívidas vincendas em 2027.

Principais métricas

Tupy S.A. – Resumo das projeções*

Fim do período	- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de -								
R\$ milhões	2021R	2022R	2023R	2024R	2025R	2026E	2027P	2028P	2029P
Receita líquida	7.083	10.178	11.368	10.665	9.693	10.072	10.535	11.058	11.607
EBITDA (reportado)	803	1.133	1.196	1.197	552	948	1.099	1.162	1.234
(+/-) Outros	75	91	-29	83	10	--	--	--	--
EBITDA ajustado	878	1.225	1.167	1.280	563	948	1.099	1.162	1.234
Geração interna de caixa (FFO - <i>funds from operations</i>)	767	1.176	985	1.046	208	747	909	1.006	1.077
Despesa com juros, líquidas	148	88	184	253	233	224	171	107	80
Imposto-caixa pagos	-12	-11	-176	-60	-72	-47	-81	-103	-125
Fluxo de caixa operacional (OCF - <i>operating cash flow</i>)	324	402	829	1.336	907	587	848	844	915
Investimentos (capex)	233	444	570	477	439	550	350	350	350
Fluxo de caixa operacional livre (FOCF - <i>free operating cash flow</i>)	91	-42	259	859	467	37	498	494	565
Dividendos	43	60	135	91	176	31	101	172	221
Recompra de ações (reportada)	0	2	12	142	156	--	--	--	--
Fluxo de caixa discricionário (DCF - <i>discretionary cash flow</i>)	48	-104	111	625	135	6	397	322	344
Dívida ajustada*	1.338	2.423	2.414	2.448	2.298	2.298	1.959	1.695	1.383
Caixa e investimentos de curto prazo (reportados)	1.273	1.510	1.604	2.376	1.853	1.887	2.255	2.521	2.444
Índices ajustados									
Dívida/EBITDA (x)	1,5	2,0	2,1	1,9	4,1	2,4	1,8	1,5	1,1
FFO/dívida (%)	57,3	48,5	40,8	42,7	9,0	32,5	46,4	59,3	77,9
Cobertura de juros líquida pelo EBITDA (x)	5,9	13,9	6,3	5,1	2,4	4,2	6,4	10,9	15,3
OCF/dívida (%)	24,2	16,6	34,3	54,6	39,5	25,5	43,3	49,8	66,1
FOCF/dívida (%)	6,8	(1,7)	10,7	35,1	20,3	1,6	25,4	29,2	40,8
DCF/dívida (%)	3,6	(4,3)	4,6	25,6	5,9	0,2	20,2	19,0	24,9

Crescimento anual da receita (%)	66,4	43,7	11,7	(6,2)	(9,1)	4,0	4,6	5,0	5,0
Margem EBITDA (%)	12,4	12,0	10,3	12,0	5,8	9,4	10,4	10,5	10,6

*Todos os números foram ajustados pela S&P National Ratings, exceto se apresentados como reportados. Ajustamos obrigações com aquisições e arrendamentos operacionais à dívida reportada pela Tupy. R: Realizado. E: Estimado. P: Projetado.

Liquidez

Agora avaliamos a liquidez da Tupy como suficiente. Esperamos que a empresa mantenha um índice de fontes de caixa acima de 2,5x nos próximos 12 meses e que as fontes líquidas permaneçam positivas mesmo que o EBITDA diminua 30% em relação à nossa projeção, principalmente considerando seus baixos vencimentos de dívida e a sólida posição de caixa. Porém, acreditamos que o acesso da Tupy ao mercado de crédito poderá ser afetado, dada a deterioração de suas operações como resultado dos baixos volumes e aumento da alavancagem. Ademais, incorpora a necessidade de solicitar *waiver* no cálculo dos *covenants*.

Principais fontes de liquidez

- Posição de caixa de cerca de R\$ 1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2025; e
- FFO (geração interna de caixa)-caixa projetado de cerca de R\$ 650 milhões em 2026

Principais usos de liquidez

- Dívida de curto prazo de R\$ 212,8 milhões em 31 de setembro de 2025;
- Pagamentos no curto prazo referentes a aquisições no valor de R\$ 14,5 milhões em 31 de dezembro de 2025;
- Necessidade de capital de giro, considerando picos sazonais entre trimestres, de R\$ 150 milhões em 2026;
- Capex estimado em cerca de R\$ 550 milhões em 2026; e
- Pagamento de dividendos em torno de R\$ 30 milhões em 2026

Análise de Cláusulas Contratuais Restritivas (*Covenants*)

Em dezembro de 2025, a Tupy recebeu aprovação dos debenturistas para perdão (*waiver*) do cálculo de seu *covenant* de índice de dívida líquida sobre EBITDA abaixo de 3,5x. O *waiver* compreende o período de 30 de dezembro de 2025 a 30 de setembro de 2027. Porém, ao final de 2025, acreditamos que a empresa cumprirá o limite originalmente estabelecido de dívida líquida sobre EBITDA abaixo de 3,5x.

Os novos limites são:

- Inferior ou igual a 5,5x entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2026;
- Inferior ou igual a 4,0x entre 31 de março de 2027 e 30 de junho de 2027;
- Inferior ou igual a 3,75x em 31 de setembro de 2027; e
- Retornando para inferior ou igual a 3,5x a partir de 31 de dezembro de 2027.

Esperamos que a Tupy apresente um colchão confortável em relação ao *covenant*, estimado em torno de 35% em 2025 e acima de 50% nos próximos anos.

Ratings de Emissão – Análise de Recuperação

	Valor da emissão	Vencimento	Rating de emissão	Rating de recuperação
Tupy S.A.				
5ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	R\$ 1,5 bilhão	2034	brAA	br3 (60%)

Principais fatores analíticos

Avaliamos a 5ª emissão de debêntures *senior unsecured* no mesmo nível do rating de crédito da Tupy.

Avaliamos as perspectivas de recuperação da Tupy usando um cenário de default simulado, com uma abordagem de avaliação (*valuation*) de múltiplo de EBITDA. Nosso cenário simulado considera que um default ocorreria em 2030, resultado de uma severa desaceleração econômica e competição acirrada, principalmente nos mercados internacionais, corroendo os fluxos de caixa.

Em nosso cenário de default simulado, estimamos que o EBITDA diminuiria cerca de 50% em relação à média dos últimos três anos, desencadeando um default de pagamento. Nesse nível, estimamos que os fluxos de caixa da empresa seriam insuficientes para cobrir as despesas de juros e o capex de manutenção.

Avaliamos a Tupy com base no princípio de continuidade de suas operações (*going-concern*), utilizando um múltiplo de 5,0x aplicado ao nosso EBITDA de emergência projetado, em linha com o múltiplo de seus pares do setor, que resulta em um valor da empresa (EV – *enterprise value*) bruto estimado de cerca de R\$ 3,0 bilhões.

Default simulado e premissas de avaliação

- Jurisdição: Brasil
- Ano simulado do default: 2031
- EBITDA de emergência: R\$ 610 milhões
- Múltiplo de EBITDA: 5,0x
- EV bruto estimado: R\$ 3,0 bilhões

Estrutura de prioridade de pagamentos (*waterfall*)

- EV líquido após despesas administrativas de 5%: R\$ 2,9 bilhões
- Dívida *senior secured*: R\$ 96 milhões (Finep)
- Dívida *senior unsecured*: R\$ 3,9 bilhões (*senior notes*, empréstimos bancários e a 5ª emissão de debêntures)
- Expectativas de recuperação das debêntures *unsecured*: 60%

Nota: Todos os montantes de dívida incluem seis meses de juros pré-petição.

Tabela de Classificação de Ratings

Rating de crédito de emissor na Escala Nacional Brasil	brAA/Negativa/--
Risco de negócio	Forte
Risco da indústria	Moderadamente Alto
Posição competitiva	Forte
Risco financeiro	Modesto
Fluxo de caixa/Alavancagem	Modesto
Âncora	braa
Estrutura de capital	Neutra (sem impacto)
Administração e governança	Neutra (sem impacto)
Liquidez	Suficiente (sem impacto)
Análise holística	Neutra (sem impacto)
Perfil de crédito individual (SACP - stand-alone credit profile)	braa

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating no novo site da Escala Nacional Brasil para mais informações. As descrições de cada categoria de rating da S&P National Ratings estão disponíveis nas “Definições de ratings na Escala Nacional Brasil”. Todos os ratings mencionados neste relatório são disponibilizados no site público da S&P National Ratings.

Critérios e Artigos Relacionados

Critérios

- [Metodologia: Considerações suplementares de ratings na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025
- [Metodologia para atribuição de ratings corporativos na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025

Artigo

- [Definições de ratings na Escala Nacional Brasil](#)

Emissor	Data de atribuição do rating inicial	Data da ação de rating anterior
Tupy S.A.		
Rating de Crédito de Emissor		
Escala Nacional Brasil	30 de junho de 2014	2 de dezembro de 2025

Informações regulatórias adicionais

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor.

Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P National Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P National Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P National Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P National Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P National Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P National Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P National Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P National Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P National Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(na seção de Regras, Procedimentos e Controles Internos\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

Conflitos de interesse potenciais da S&P National Ratings

A S&P National Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais na seção "[Potenciais Conflitos de Interesse](#)".

Faixa limite de 5%

A S&P National Ratings Brasil publica em seu [Formulário de Referência](#), disponível na página de "Informações Regulatórias", o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR - *Presentation of Credit Ratings* em sua sigla em inglês) da S&P National Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P National Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito. Observe que pode haver casos em que o PCR reflete uma versão atualizada do Modelo de Ratings em uso na data da última Ação de Rating de Crédito, embora o uso do Modelo de Ratings atualizado tenha sido considerado desnecessário para determinar esta Ação de Rating de Crédito. Por exemplo, isso pode ocorrer no caso de revisões baseadas em eventos (*event-driven*) em que o evento que está sendo avaliado é considerado irrelevante para aplicar a versão atualizada do Modelo de Ratings. Observe também que, de acordo com as exigências regulatórias aplicáveis, a S&P National Ratings avalia o impacto de mudanças materiais nos Modelos de Ratings e, quando apropriado, emite Ratings de Crédito revisados se assim requerido pelo Modelo de Ratings atualizado.

Copyright © 2026 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Parte do Conteúdo pode ter sido criado com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial (IA). O Conteúdo Publicado criado ou processado usando IA é composto, revisado, editado e aprovado pela equipe da S&P.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites www.spglobal.com/ratings/pt/ (gratuito) e www.ratingsdirect.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.spglobal.com/usratingsfees.

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.